



**Conselho Municipal de Saúde
do Rio de Janeiro**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Ref.: 08/04/2014

Aos oito dias do mês de abril de dois mil e quatorze, em convocação para realização no período das quatorze às dezoito horas, no Auditório Meri Baran, Centro Administrativo São Sebastião/CASS, reuniu-se os seguintes membros do Colegiado presentes à reunião: Pelo segmento dos Usuários – Sra. Zorete Andrade da Silva (Associação de Amigos, Familiares e Doentes Mentais do Brasil - AFDM), Sr. Carlos Norberto Varaldo (Grupo Otimismo de Apoio ao Portador de Hepatite), Sr. Carlos Henrique Alves (Conselho Distrital de Saúde da AP 1.0), Sra. Maria Edileuza Braga Freire (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1), Sra. Maria Alice Gunzburger Costa Lima (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.2), Sra. Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1), Sr. Severino Lino de Oliveira (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1), Sra. Sonia Regina G. da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2), Sr. Adelton Gunzburger (Conselho Distrital de Saúde da AP 4.0), Sr. Mauro André dos Santos Pereira (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2), Sr. Claudio de Moraes Carvalho (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2) e Sr. Geraldo Batista de Oliveira (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3). Pelo segmento dos Profissionais de Saúde – Sra. Maria José dos Santos Peixoto (Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro - SASERJ), Sra. Miriam Andrade de Souza Lopes (Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro - SATEMRJ), Sr. José Liporage Teixeira (Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Rio de Janeiro - SINFAERJ), Sra. Sheila Marino (Sindicato dos Fonoaudiólogos do Estado do Rio de Janeiro), Sr. Marinaldo Silva Santos (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro). Pelo segmento dos Gestores/Prestadores de Serviços – Sra. Angela Rocha de Lamare Leite (Secretaria Municipal de Saúde - SMS), Sr. David Salvador de Lima Filho (Secretaria Municipal de Saúde - SMS) e Sr. Rogério Marques Gonçalves (Secretaria Municipal de Saúde - SMS). A reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde iniciou-se tendo como pauta a **Distribuição da ata de 11/02/2014; 1) Deliberação da ata de 28/01/2014; 2) Deliberação dos processos: Processo 09/004335/2013. Assunto: Edital de Chamamento Público nº 002/2013, para fins de credenciamento e contratação de estabelecimentos de saúde interessados em participar do Sistema Único de Saúde (SUS), de forma complementar para a prestação de serviços de RADIOTERAPIA; - SMS; Processo 09/005073/2013. Assunto: Credenciamento residência terapêutica Tipo I, situada na Rua Moura Brito 108/401 - Tijuca/RJ - AP-2.2; Processo 09/005075/2013. Assunto: Credenciamento residência terapêutica Tipo I, situada na Rua Conde de Bonfim nº 974, aptº 301, Tijuca/RJ - AP 2.2; Processo 09/005287/2013. Assunto: Descredenciamento da Casa de Saúde e Maternidade Souza Cruz - AP 5.1; 3) Programação Anual de Saúde; 4) Conferência de Saúde do Trabalhador; 5) Plenária Nacional de Conselhos – 27 e 28/05/2014; 6) Comissão de Educação Permanente; 7) Comissões do Conselho Municipal de Saúde; 8) Informes da Secretaria Executiva do Conselho; 9) Informes do**

Colegiado. A coordenação da Mesa foi composta pelos conselheiros **Sr. Alessandro de Melo Motta** (Usuário), **Sra. Sônia Regina G. da Silva** (Usuário), **Sra. Miriam Andrade de Souza Lopes** (Profissional de Saúde) e **Sr. David Salvador de Lima Filho** (Gestor). O Secretário Executivo do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (CMS-RJ), **Sr. David Salvador de Lima Filho**, inicia a reunião às quatorze horas e trinta minutos, em segunda chamada e informa que há quórum para que a reunião seja iniciada. Informa que estão sendo distribuídas para os Conselheiros as atas da reunião de onze de fevereiro de dois mil e quatorze. Informa ainda que os Conselheiros Usuários **Sr. Alessandro de Melo Motta** e **Sra. Sonia Regina G. da Silva** justificaram a ausência nesta reunião e, portanto, não comporão a Mesa de coordenação e serão substituídos pelos **Conselheiros Sr. Geraldo Batista de Oliveira** e **Sra. Fátima Lopes** para que a reunião tenha início. Acrescenta que, em substituição ao presidente do CMS-RJ o Conselheiro Sr. Geraldo Batista de Oliveira, do segmento dos Usuários, será o coordenador da Mesa desta reunião. O Secretário Executivo passa a coordenação dos trabalhos ao Conselheiro Sr. Geraldo Batista de Oliveira. O coordenador da Mesa, **Conselheiro Sr. Geraldo Batista de Oliveira** solicita ao Secretário Executivo que leia a pauta estabelecida para esta reunião e que será posta em votação. O **Secretário Executivo** do CMS-RJ lê a referida pauta. Pede para que seja incluída nesta pauta o processo da ABBR, da AP 2.1 e fala que é um assunto que estava sendo tratado desde o ano passado. Explica que é um processo de solicitação de habilitação de serviço componente de atenção especial da rede de cuidados a pessoa com deficiência no âmbito do SUS e para habilitação do CER Tipo dois. Fala que este processo passou pelo Conselho Distrital da área mas não passou pela Comissão Executiva do CMS-RJ e acrescenta que mostrou este processo aos Conselheiros antes desta reunião ser iniciada por entender que este assunto precisa ser tratado o mais rápido possível. Diz que a ABBR tem respaldo da sociedade e que todos conhecem o seu trabalho e que, por isso, e tendo em vista a seriedade e urgência do assunto, entende que pode ser tratado mesmo sem ter passado pela Comissão Executiva do CMS-RJ, mas lembra que foi tratado no Conselho Distrital e afirma que a ata e a lista de presença da reunião em que isto foi tratado estão na Mesa dos trabalhos. Fala que o número deste processo é **09/005402/2013**. O **coordenador da mesa** pergunta se a plenária está esclarecida e coloca a solicitação desta inclusão de pauta em votação. Em processo de votação é perguntado aqueles que aprovam. Aqueles que não aprovam. Aqueles que se abstém. Resultado da votação: **os conselheiros presentes aprovaram pela maioria simples, a inclusão nesta pauta do processo 09/005402/2013 da ABBR**. Passa-se ao próximo ponto: **1) Deliberação da ata de 28/01/2014 - O coordenador da mesa** confirma que todos receberam a ata e, a coloca para aprovação. Em processo de votação aqueles que são a favor. Aqueles que são contrários. Aqueles que se abstém. Resultado da votação: **pela maioria simples os conselheiros presentes aprovaram a ata do dia vinte e oito de janeiro de dois mil e quatorze**. Passa-se ao próximo ponto. **2) Deliberação dos processos: Processo 09/004335/2013. Assunto: Edital de Chamamento Público nº 002/2013, para fins de credenciamento e contratação de estabelecimentos de saúde interessados em participar do SUS, de forma complementar para a prestação de serviços de RADIOTERAPIA - SMS; Processo 09/005073/2013. Assunto: Credenciamento residência terapêutica Tipo I, situada na Rua Moura Brito 108/401 - Tijuca/RJ - AP 2.2; Processo 9/005075/2013. Assunto: Credenciamento residência terapêutica Tipo I, situada na Rua Conde de Bonfim nº 974, aptº 301, Tijuca/RJ - AP 2.2; Processo 09/005287/2013. Assunto: Descredenciamento da Casa de Saúde e Maternidade Souza Cruz - AP 5.1 - O Secretário Executivo** começa pelo processo que acabou de ser incluído e fala que são dois volumes sendo o volume um **09/005402/2013** e o volume dois **09/005402/2013**. Reitera que é um processo de solicitação de

habilitação de serviço componente de atenção especial da rede de cuidados a pessoa com deficiência no âmbito do SUS para habilitação do CER Tipo dois. Explica que a documentação está correta e que o relatório de visita feito pelos conselheiros da A.P.2-1 e a ata que aprova esta solicitação estão em suas mãos. Diz que falta apenas o CMS-RJ aprovar. O **coordenador da Mesa** pergunta se a plenária está esclarecida e não havendo manifestação coloca em votação os processo **09/005402/2013**. Em processo de votação aqueles que são a favor. Aqueles que são contra. Aqueles que se abstém. Resultado da votação: **os conselheiros presentes aprovaram pela maioria simples o referido processo.** Passa ao próximo processo: **Processo 09/004335/2013. Assunto: Edital de Chamamento Público nº 002/2013, para fins de credenciamento e contratação de estabelecimentos de saúde interessados em participar do SUS, de forma complementar para a prestação de serviços de RADIOTERAPIA.** O **Secretário Executivo** lembra que este processo foi trazido ao CMS-RJ como informe de que a SMS abriria um processo deste e que, sendo assim, este ponto de pauta serve para que os Conselheiros tenham ciência de que foi cumprido o que foi estabelecido em plenário. Reitera que o Edital saiu e que estão à espera de clínicas que queiram ser credenciadas para este serviço. O **coordenador da Mesa** pergunta se a plenária está esclarecida e não havendo manifestação, coloca em votação a aprovação do processo **09/004335/2013** indagando aqueles que aprovam. Aqueles que não aprovam. Aqueles que se abstém. Resultado da votação: **os conselheiros presentes aprovaram pela maioria simples o referido processo.** Passa ao próximo processo: **SMS - Processo 09/005073/2013. Assunto: Credenciamento residência terapêutica Tipo I, situada na Rua Moura Brito 108/401 - Tijuca/RJ - AP 2.2 -** O **Secretário Executivo** explica que a lista de presença da reunião da A.P 2.2 que aprovou este processo, assim como a ata desta reunião e o relatório de visitas estão em suas mãos por terem sido entregues no CMS-RJ. Fala que há o parecer positivo da Comissão Executiva para aprovação deste processo. O **coordenador da Mesa** pergunta se a plenária está esclarecida e não havendo manifestação, coloca em votação a aprovação do processo **09/005073/2013** perguntando aqueles que o aprovam. Aqueles que não aprovam. Aqueles que se abstém. Resultado da votação: **os conselheiros presentes aprovaram pela maioria simples o referido processo.** Passa ao próximo processo: **Processo 09/005075/2013. Assunto: Credenciamento residência terapêutica Tipo I, situada na Rua Conde de Bonfim nº 974, aptº 301, Tijuca/RJ - AP 2.2 -** O **Secretário Executivo** explica que a lista de presença da reunião da A.P 2.2 que aprovou este processo, assim como a ata desta reunião e o relatório de visitas estão em suas mãos por terem sido entregues no CMS-RJ. Fala que há o parecer positivo da Comissão Executiva para aprovação deste processo. O **coordenador da Mesa** pergunta se a plenária está esclarecida e não havendo manifestação, coloca em votação a aprovação do processo **09/005075/2013** indagando aqueles que o aprovam. Aqueles que não aprovam. Aqueles que se abstém. Resultado da votação: **os conselheiros presentes aprovaram pela maioria simples o referido processo.** Passa ao próximo processo: **Processo 09/005287/2013. Assunto: Descredenciamento da Casa de Saúde e Maternidade Souza Cruz - AP 5.1 -** O **Secretário Executivo** explica que este descredenciamento se dá por solicitação da própria Casa de Saúde e que sendo assim há o parecer positivo da Comissão Executiva. O **coordenador da Mesa** pergunta se a plenária está esclarecida e não havendo manifestação, coloca em votação a aprovação do descredenciamento, referente ao processo **09/005287/2013** perguntando aqueles que aprovam. Aqueles que são contra. Aqueles que se abstém. Resultado da votação: **os conselheiros presentes aprovaram pela maioria simples o descredenciamento do referido processo.** Passa-se ao próximo ponto. O **Secretário Executivo** pede que seja passado para o ponto 5 da pauta uma vez que a pessoa que fará a apresentação do

ponto 3 ainda não chegou à reunião. O **coordenador da Mesa** pergunta se há consenso quanto a esta solicitação e, não havendo manifestação em contrário, passa-se ao ponto **5) Plenária Nacional de Conselhos – 27 e 28/05/2014** - O **Secretário Executivo** afirma que esta é a XVIII Plenária Nacional de Conselhos de Saúde que ocorrerá em Brasília e que acontecerá nos dias vinte e sete e vinte e oito de maio de dois mil e quatorze. Explica que seria antes e que não haveria tempo nem de trazer este ponto para o pleno e que a Comissão Executiva havia escolhido os nomes que representariam o CMS-RJ mas como houve este adiamento, o pleno pode resolver isto. Fala que o plenário pode referendar os nomes sugeridos pela Comissão Executiva ou pode escolher novos. Lembra que o conselheiro Sr. Geraldo Batista de Oliveira participa da organização da plenária e que, portanto, seu nome deve ser mantido. Explica que ele foi à Brasília substituindo o presidente do CMS-RJ e que sendo assim, não tem vaga garantida pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS). Fala que sendo assim falta escolher mais um usuário, um profissional e um gestor, para que a representação seja paritária. Diz que a Comissão Executiva sugeriu os nomes dos conselheiros Sr. Geraldo e Sr. Alessandro, representando o segmento dos usuários, do Secretário Executivo Sr. David Salvador, representando o segmento dos gestores/ prestadores e do conselheiro Sr. Marinaldo representando o segmento dos profissionais de saúde. O **Secretário Executivo** diz que é preciso saber se os conselheiros mantêm estes nomes. Um **conselheiro que não se identificou** afirma que, enquanto representante dos profissionais de saúde, concorda com o nome sugerido e os outros conselheiros deste segmento seguem esta indicação. O **Secretário Executivo** afirma que os conselheiros do segmento usuários precisam escolher seu representante. Lembra que o conselheiro Sr. Alessandro Motta não pôde estar presente a esta reunião mas ele mesmo havia se candidatado para ir a este evento. Nesse momento, há um burburinho na sala. O **Secretário Executivo** pergunta se há outro candidato e afirma que é preciso resolver isso hoje uma vez que é preciso providenciar a ida dessas pessoas. Diz que para resolver isso, põe em votação o nome do conselheiro Sr. Alessandro Motta informando que apenas os conselheiros do segmento usuário devem votar. Em processo de votação quem aprova o nome do conselheiro. Quem não aprova. Quem se abstém. **Após a votação, o nome do conselheiro Alessandro Motta é mantido.** O conselheiro **Sr. Geraldo** pergunta o que será feito se por algum motivo ele não for e o **Secretário Executivo** explica que não há o que ser feito, mas lembra que ele se comprometeu a ir. A **Sra. Marli** reitera a pergunta do conselheiro Sr. Geraldo e afirma que é preciso que haja uma maneira de garantir uma suplência e o **Secretário Executivo** explica que a compra da passagem é nominal e que não há como fazer mudança após a compra das mesmas. **Sra. Marli** sugere então que seja mantida esta suplência até que esta compra seja efetuada e o **coordenador da Mesa** concorda e pergunta se há manifestação em contrário. Não havendo, o **coordenador da Mesa** afirma que o conselheiro **Sr. Carlos Henrique Alves** será suplente do conselheiro **Sr. Alessandro Motta**. Reitera que os **nomes escolhidos para representar o CMS -RJ na XVIII Plenária Nacional de Conselhos de Saúde são os conselheiros Sr. Geraldo Batista de Oliveira e Sr. Alessandro de Mello Motta, do segmento usuários; conselheiro Sr. Marinaldo Silva Santos, do segmento profissionais de saúde e o Secretário Executivo Sr. David Salvador de Lima Filho, representando o segmento gestores/prestadores.** O **coordenador da Mesa** informa que a conselheira **Sra. Sônia Regina** passou a ocupar à Mesa o lugar de representante do segmento de usuários. Nesse momento, houve um burburinho na sala e um conselheiro pede que haja votação dos nomes escolhidos para a plenária. O **coordenador da Mesa** repete os nomes escolhidos, lembrando que em caso de desistência do conselheiro Sr. Alessandro Motta, o conselheiro Sr. Carlos Henrique Alves irá em seu lugar e coloca em votação perguntando aqueles que aprovam os nomes. Aqueles que não aprovam. Aqueles

que se abstém. Resultado da votação: **os conselheiros presentes aprovam pela maioria simples os nomes escolhidos.** A **conselheira Sra. Maria José dos Santos Peixoto** pede Questão de Ordem e diz que os conselheiros devem ser identificados como conselheiros antes ao serem citados e antes de terem a fala uma vez que o tratamento de "senhor" é dado a todos os presentes mas nem todos os presentes são conselheiros. Fala que dessa forma não haverá dúvidas de quem disse o que e para que os registros possam ser feitos corretamente. O **coordenador da Mesa** acata a sugestão da conselheira. A **conselheira Sra. Maria José Peixoto** explica que fez essa solicitação uma vez que ao fazer a leitura das atas, não se sabe quem falou é conselheiro ou não. Diz que ela, enquanto conselheira, sabe fazer essa distinção, mas um cidadão comum que leia esta ata não teria a mesma facilidade. Fala que é importante esclarecer o conselheiro e qual entidade dele para que todos possam ser esclarecidos. Afirma que cada um deve ser cobrado pelo que fala uma vez que seu papel é o de representar e defender a sociedade. O **coordenador da Mesa** fala que o nome do conselheiro e seu segmento são falados sempre e que o tratamento de conselheiro passará a ser dado, mas esclarece que falar o nome de cada entidade do conselheiro cada vez que este se manifestar fica inviável e cansativo. A **conselheira Sra. Maria José Peixoto** pede Questão de Ordem e afirma que o conselheiro Sr. Geraldo falou bem, mas que então, **no cabeçalho da ata, coloca-se o nome, o segmento e a entidade de cada conselheiro para que durante sua leitura não haja esta dúvida.** O **coordenador da Mesa** pergunta se há outra Questão de Ordem e como não há manifestação, passa-se ao ponto 3) **Programação Anual de Saúde (PAS)** - A **conselheira Sra. Angela de Lamare** explica que o tempo em que seria tratada a Comissão de Educação em Saúde está sendo cedido para maiores esclarecimentos da PAS. Lembra que, em relação à Questão de Ordem, cada conselheiro precisa se identificar cada vez que pegar o microfone para que a pessoa que faz a ata possa saber quem está falando e acrescenta que se não for desta maneira, este trabalho fica inviável. O **coordenador da Mesa** informa que, sendo assim, o tempo destinado ao ponto 6 da pauta será cedido ao ponto 3, devido a sua relevância. A **assessora técnica da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) Sra. Maria José Caraméz**, que fará a apresentação da PAS, explica que estava combinado que a Subsecretária Geral faria uma apresentação da PAS e que seria explicada a metodologia usada e quem a está produzindo e diz que é isto ela o fará. Afirma que esperava que o computador usado na apresentação fosse mais moderno, mas que parece que os conselheiros não exigem seus direitos e não exigiram um computador mais novo para ser usado pelo CMS-RJ e acrescenta que, sendo assim, a apresentação foi desconfigurada. Nesse momento, houve um burburinho na sala e a **assessora técnica Maria José Caraméz** explica que a fala foi uma "brincadeira" devido à desconfiguração de sua apresentação e pede desculpas. Fala que apenas os dois primeiros slides foram desconfigurados. Lembra que o CMS-RJ aprovou a forma como seria feita a elaboração da PAS e inicia sua apresentação. Explica que o planejamento é feito de acordo com a ordem de prioridade. Ao fim da apresentação, conta que o trabalho feito no CDS da AP 1.0 a respeito do Plano Municipal de Saúde (PMS) foi um trabalho digno de elogios uma vez que fez exatamente o que o controle social deve fazer e fala que foi analisado cada ponto, com críticas, sugestões e que, ao fim, o trabalho foi proveitoso e que espera que o trabalho sobre a PAS seja feita da mesma maneira. Explica que no PMS as metas foram agrupadas e que na PAS o detalhamento das metas se faz necessário e que isso está aqui. Dá o exemplo do número de órteses e próteses, que no PMS estavam agrupados e na PAS estão detalhadas. Fala que a cada meta que vai sendo cumprida, a PAS vai sendo atualizada e que qualquer conselheiro pode, a qualquer tempo, solicitar saber como anda esta atualização. O **coordenador da Mesa** abre para que os questionamentos sejam feitos. O **conselheiro Sr. Marinaldo** fala que o exemplo colocado é muito

elucidativo uma vez que órtese e prótese são coisas parecidas, mas que tem preços diferentes e que isso precisa ser detalhado para que todos saibam como o orçamento está sendo utilizado. Fala que é preciso saber que compreensão se tem para que se saiba que estão sendo atendidas determinadas assistências e agradece que esteja discriminado na PAS uma vez que fica transparente e detalhado. A **assessora técnica Sra. Maria José Caraméz** fala que, especificamente sobre a questão da órtese e da prótese é uma questão específica uma vez que o orçamento destinado a elas é o mesmo e esclarece que quem faz a separação é a PAS e que a distribuição de recursos é feita ao longo do ano. Lembra que a PAS é feita com base em números genéricos e que estes são variáveis. Afirma que esta é uma questão diferente da questão dos medicamentos, que também tem destinado a eles um valor grande, mas que não é possível especificar uma vez que o orçamento é para todos os tipos de remédios. Explica que quem faz a separação é coordenador da farmácia que sabe quanto será gasto já que este setor tem um mapa de uso de cada medicamento e reitera que fazer essa discriminação na PAS seria inviável. A **conselheira Sra. Maria José dos Santos Peixoto** diz que entende que a PAS é um projeto de metas e que sabe que estes valores são estimativos. Fala que quer fazer uma pergunta e que sabe que talvez não tenha a resposta que espera, mas que a fará assim mesmo. Afirma que todos os conselheiros sabem avaliar as condições de saúde do Município, do Estado e do país. Dá o exemplo já citado que é a questão das órteses e das próteses e diz que entende que às vezes se gasta mais ou menos do que o previsto, e que como esta previsão é para até o ano de dois mil e dezessete, provavelmente se gastará mais uma vez que a demanda aumenta e não diminui. Fala que é preciso discutir os pontos. Afirma que o atendimento está precaríssimo nas unidades de saúde, que há relatos de pessoas que foram aos postos de saúde e não encontraram determinados medicamentos e diz que está é sua preocupação e que este CMS-RJ também tem esta responsabilidade. Fala que não basta ouvir, debater e questionar a proposta orçamentária do governo e que também é preciso discutir a qualidade da assistência prestada à população. Reitera que esta também é uma incumbência deste CMS-RJ. Diz que é difícil gerenciar uma casa e que gerenciar um município de mais de seis milhões de habitantes é ainda pior, mas acrescenta que é preciso que se entenda que o município do Rio de Janeiro é muito rico e que tem dinheiro para prestar um serviço muito mais humanizado à população do que o que se apresenta hoje. Afirma que está falando isso para que se registre que os conselheiros, por mais humildes que sejam, sabem que a população desta cidade não está tendo o atendimento que merece e que poderia ter. Fala que a responsabilidade dos conselheiros não é só a de aprovar projetos, mas também cobrar um bom atendimento à população e acrescenta que basta abrir qualquer jornal de qualquer dia da semana para que se saiba quais as condições de atendimento na área da saúde à população carioca. Conta que outro dia estava no jornal que há pacientes sendo atendidos no chão do Hospital Municipal Salgado Filho e que não viu nem o CMS-RJ nem a SMS tomar alguma atitude em relação a isso. Fala que é preciso solicitar a esta SMS que a população não seja atendida desta maneira sob nenhuma hipótese. Afirma que esta notícia foi veiculada em todo o mundo e que vivenciou isso no Hospital Municipal Lourenço Jorge. Diz que é preciso que se entenda o trabalho do conselheiro. Esclarece que admira muito a gestão do município em alguns momentos e que se todos os projetos fossem postos em prática não faltaria nada, mas diz que falta excelência e recurso para atender a população da cidade, assistida pelo SUS. A **assessora técnica Sra. Maria José Caraméz** fala que quer aproveitar o momento para dizer que concorda com a conselheira Maria José Peixoto em praticamente tudo o que ela disse e que quer enfatizar alguns pontos. Diz que algumas questões são tão crônicas e que existem faz tanto tempo que deixam a impressão de ser normal. Fala que há quem ache que mulher que apanha do marido gosta de apanhar e fala que o papel da área

técnica da SMS é fazer o papel de não achar normal coisas que só por serem corriqueiras ganham status de ser normal. Reitera que os problemas da área da saúde não podem ser considerados normais e que o trabalho é cada vez mais para que eles desapareçam e não sejam mais frequentes no dia a dia da população. Acrescenta que é preciso se indignar e afirma que é esta indignação que constrói uma vez que é ela que faz com que os passos sejam revistos para que se acerte na próxima vez. Diz que não existe possibilidade de os erros serem corrigidos se eles não forem enxergados. Fala que enquanto técnica tem a mesma indignação da conselheira e até um pouco mais por se sentir, em alguns momentos, desestimulada a continuar. Conta que é neurocirurgiã e que deixou de exercer esta especialidade porque confiava que havia uma missão mais nobre para cumprir na gestão da SMS. Fala que em alguns momentos se arrepende uma vez que depois de tanto trabalho ainda há problemas tão graves. Diz que sindicatos da área de saúde deveriam estar com vergonha de também não agirem para melhorar algumas situações e que um profissional de saúde não deveria depender de recursos para saber o que é humanização e que quem não sabe deveria escolher outra profissão, pois entende que a pessoa que lida com gente tem que ser humanista e que ainda assim há vários cursos de humanização para os profissionais aprenderem como lidar com os pacientes e reitera que isso deveria ser da natureza de qualquer profissional de saúde. Diz que é preciso questionar algumas coisas relativas à gestão da saúde, mas que pontos como este não podem e nem devem ser ignorados, mas fala que os profissionais de saúde tem sua grande parcela de culpa e afirma que nenhum paciente fica deitado no chão de hospital de o profissional de saúde não quiser. Diz que quem vai tirar a foto deste tipo de situação é o mesmo sindicato que não se manifesta contra a necessidade de aula de humanização. Afirma que o seu sindicato não a representa e que ele é uma vergonha. A **conselheira Sra. Angela de Lamare** diz que gostaria de pontuar a necessidade de pensar no ponto de pauta que é a PAS e lembra que esta será, posteriormente, apresentada ao CMS para sua aprovação. Fala que a ideia de ter colocado os trinta minutos que seriam da Comissão de Educação Permanente foi para que houvesse mais tempo na discussão da PAS e sobre como ele é construído. Afirma ser este um momento oportuno para que o conselheiro tire suas dúvidas sobre a construção da PAS. Lembra que dois conselheiros foram eleitos pelo CMS-RJ para participar diretamente da construção da PAS e que as reuniões de construção são abertas para qualquer conselheiro participar. Diz que esse período de construção é chato por ser uma coisa muito mais organizativa do que elaborativa. Reitera a necessidade de que os conselheiros mantenham o foco na PAS e não em discussões que, neste momento, não ajudarão neste processo. Reafirma que é tarefa do CMS-RJ analisar a PAS. A **conselheira Sra. Sônia Regina** fala que dois momentos a fizeram se sentir incomodada e que por isso pediu a palavra. Explica que se atrasou porque estava desde as oito horas da manhã na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e que lá está acontecendo uma feira de saúde do SUS. Conta que duas coisas chamaram sua atenção quando chegou a UERJ e que espera que as pessoas estejam ali trabalhando para melhorar a sua área de atuação e que entende que a questão da comunicação às vezes não é levada a sério como deveria. Fala que chegou na UERJ e perguntou da feira e que a mandaram ir ao décimo primeiro andar e que ao chegar lá às pessoas nem sabiam do que se tratava e fala que isso aconteceu três vezes até que um faxineiro a informou que estava ocorrendo uma feira e que, então, encontrou o lugar correto. Diz que ficou pensando nisso, pois estava dentro de uma universidade onde as pessoas não sabiam o que ocorre ali e que, como se trata do SUS, deveriam haver muitos mais estudantes lá. Afirma que se preocupa com o fato de as pessoas não terem acesso a este tipo de informação. Diz que isso a incomodou e que, por isso, achou importante dividir com todos. Diz que há outra coisa que a incomodou e conta que às vezes, quando chega em outros

espaços de militância, tem vontade de ser esconder porque algumas pessoas a repudiam por ela estar tão próxima da gestão e as pessoas não veem acontecer nada. Fala que as pessoas acham que no CMS-RJ pode-se resolver tudo e que quem vive o dia a dia do CMS-RJ sabe que não é assim. Conta que quando ouve determinadas coisas, fala para as pessoas passarem a frequentar as reuniões do CMS-RJ para que tenham conhecimento do que está sendo tratado e que a outra solução é "se fingir de morta". Diz que milita onde está e quer ver um hospital como o Salgado Filho na mídia é um absurdo. Conta que os conselheiros do CDS da AP 3.2 e explica que faz parte desta AP, fizeram uma visita a este hospital para que se pudesse analisar o que estava errado. Fala que há problemas muitos antigos e que há uma burocracia muito grande para fazer essas coisas andarem. Diz que o relatório desta visita foi encaminhado à Comissão Executiva e que alguém podia fazer algum esclarecimento sobre isso uma vez que este documento chegou ao CMS-RJ. Acrescenta que alguma coisa está sendo feita, mas que o processo é sempre muito lento. Dirige-se à assessora técnica Sra. Maria José Caraméz e afirma que às vezes é cansativo mas que não dá para desistir e que é preciso insistir no trabalho para que tenhamos o SUS que a todos querem. A **conselheira Sra. Miriam Andrade** diz que acha importante a apresentação da PAS ocorrer no CMS-RJ e acrescenta que esta seja encaminhada a cada Conselho Distrital para que estes tenham conhecimento. Fala que entende que essas apresentações já deveriam estar acontecendo há muito tempo e que cada Conselho Distrital deveria fazer um relatório sobre suas conclusões a respeito da PAS e parabeniza os que já fizeram isso. Afirma que quer falar sobre o que é humanização e que fez uma breve pesquisa sobre isso e que um usuário respondeu que humanização é se colocar no lugar do outro e outro usuário respondeu que é a forma de tratar o outro. Fala que se continuasse a perguntar cada um teria uma resposta para dar. Diz que cada conselheiro profissional de saúde presente é representante de um sindicato e que se orgulha do seu e que os outros conselheiros também devem ter orgulho de seus sindicatos. Afirma que, como humanização é a forma de tratar o outro, o seu sindicato não tem nada que se esconder e se envergonhar, uma vez que a luta pela humanização é contínua e acrescenta que gostaria de registrar, nessa informação da humanização que para ser humano é preciso se colocar no lugar do outro de todas as formas. Dirige-se à assessora técnica Sra. Maria José Caraméz e afirma que o Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem e outros sindicatos não podem fazer reunião nos auditórios das unidades do município por não terem permissão para isso. Completa que a discussão básica de todo sindicato é a saúde do trabalhador e o direito legal de cada profissional. Afirma que a SMS precisa ter humanização e diz que o funcionário não pode tratar o paciente com humanização se ele não é tratado com humanização e que ele é jogado para o lado. Lembra que o CMS-RJ não foi a favor da privatização e que nos ambientes de trabalho estão entrando os funcionários contratados pelas Organizações de Sociais (OS). Fala que a humanização começa por aí e que esta é apenas a ponta do iceberg e que humanização é a forma de tratar o outro e não apenas o paciente. Acrescenta que não tem recebido isso da SMS, principalmente enquanto representação de sindicato e que estão tendo que fazer reunião do lado de fora porque a gestão da SMS se acha dona do auditório e que o assunto que acontece aqui é justamente a humanização. Diz que é preciso falar em humanização, mas que entende ser necessário começar de dentro, uma vez que os profissionais que estão dentro das unidades estão precisando de humanização. Fala que achou muito boa a apresentação e reitera que entende que ela deve ser feita em todas as APs e que é preciso ficar atento ao que é apresentado para que a cobrança possa ser feita corretamente. Repete que a humanização precisa começar por dentro e afirma que deve ser desde o prefeito até cada funcionário. Diz que os técnicos são bons, mas que se o gestor principal não permite as ações, de nada adianta o trabalho e o

profissional de saúde não tem humanização. O **Secretário Executivo** pede Questão de Ordem e diz que gostaria de lembrar que o assunto que deve ser tratado é a PAS e que gostaria que os conselheiros se ativessem a isso. A **conselheira Sra. Rosália Costa** diz que também gostaria de falar sobre a questão do atendimento, da qualidade do atendimento e da descentralização e também sobre a questão das órteses e próteses. Fala que em relação à humanização do atendimento, há uma proposta do governo federal de descentralização do atendimento à pessoa com doença falciforme, uma vez que o HemoRio está superlotado e não dá conta da demanda. Afirma que todos os presentes sabem que o doente falciforme tem úlcera de ferro que a indicação é que o curativo seja feito perto da casa do paciente e que o governo do Estado cortou esse atendimento. Fala que a higiene dos postos de saúde do município é uma coisa vergonhosa. Conta que um paciente preferiu terminar o curativo em casa para não ter que ficar em um local cheio de mosca e que até as ataduras estavam infestadas devido à falta de higiene. Diz que vai procurar saber onde isso ocorreu para trazer esta informação, mas que isso é vergonhoso. Fala que também é preciso citar a capacitação dos profissionais em doenças falciformes e que é preciso haver uma reciclagem entre eles, uma vez que muitos pacientes tem falecido devido ao despreparo no primeiro atendimento, que muitas vezes ocorre perto de suas casas. Afirma que muitos profissionais não conhecem a doença e que os pais é que acabam orientando sobre quais cuidados devem ser tomados. Lembra que gostaria de falar sobre a questão das órteses e próteses e conta que está para colocar uma prótese que foi aconselhada a não colocar, após uma pesquisa. Diz que tem várias queixas sobre as próteses e que é preciso ter muito cuidado com a questão da verba para as próteses. Fala que todas as próteses nacionais estão com problemas e que as únicas que são liberadas pelo SUS, mesmo que o médico tenha pedido prótese de qualidade, a que é disponibilizada é uma prótese de segunda linha, de qualidade inferior e que tem dado infecção em muitos pacientes, fazendo com que seja necessário trocar a prótese após algum tempo. Afirma que é preciso cuidado na compra e atenção à higienização quando se vai colocar esta prótese. O **conselheiro Sr. Severino Oliveira** fala que, em relação à humanização, em dois anos de Conselho não viu humanização e que há seis anos, durante uma conferência, ele mesmo afirmou que era uma vergonha falar em humanização para um servidor da saúde pública de qualquer esfera e que a saúde é uma só. Fala que as unidades são de saúde do SUS e que a humanização deveria ocorrer em todas. Diz que nem deveria se falar em humanização para funcionário público de saúde, uma vez que todos deveriam saber dessas coisas desde sempre e que quando esses profissionais entram para estas profissões já deveriam saber que é preciso ter sensibilidade para tratar o outro e o paciente e a população. Fala que quando um funcionário diz que é preciso curso de humanização, ele está desqualificando a si mesmo e reitera que este tipo de curso não deveria ser necessário, uma vez que todo profissional de saúde deveria saber que está lidando com seres humanos. Afirma que, com relação à privatização, este discurso e sindicalista de cúpula, que representa a omissão e tudo o que é ruim para o usuário, sem se importar com este usuário, não ajuda em nada. Diz que o Brasil inteiro tem concessão para OS e que isso não ocorre apenas no Rio de Janeiro e acrescenta que inclusive no exterior, em países de primeiro mundo, há médicos estrangeiros que trabalham no atendimento à população. Conta que a Organização Mundial de Saúde (OMS) produziu um artigo sobre isso e reitera que não é só no Brasil que isso acontece, mas que aqui fica um contra o outro. Fala que se determinado sindicato for contra os médicos cubanos, então eles que garantam o atendimento a quem está sendo atendido por eles. Diz que é uma vergonha que tenha que se pagar médicos estrangeiros para atender onde os brasileiros não querem e que esses médicos cubanos tem uma grande sensibilidade e sabem lidar com os pacientes e que há médicos brasileiros que incentivam os cubanos a deixar

o Programa 'Mais Médicos' para se empregar em suas instituições e que isso é um absurdo. Afirma que, com relação ao atendimento ao público, qualquer servidor público deve atender bem e que com profissionais de saúde isso não pode ser diferente, mas que mesmo assim, basta abrir os jornais para que se tenha notícia do mau atendimento e que os gestores das unidades divulguem notas dizendo que atendem bem quando todos sabem que isso não é verdade e que ainda assim a SMS respalda a direção da unidade e que, neste meio, está o usuário, sendo mal atendido e maltratado. Pergunta onde está o controle social nessa hora e quem defende o usuário, que é o maior atingido por isso tudo. Diz que o CMS deve defender sempre o usuário e o contribuinte, que é quem paga todas essas despesas e que, ainda assim, não tem atendimento quando precisa. Fala que é preciso reagir diante desta situação. Diz que tem mais coisa para falar e que enquanto o usuário não puder falar tudo o que quer por causa de tempo, as coisas continuarão como estão e que o CMS-RJ deve ouvir a plenária em totalidade, uma vez que é a plenária que vive as mazelas do dia a dia e repete que enquanto não deixarem falar tudo o que pensa, as coisas não só não melhorarão como tendem a piorar. A **conselheira Sra. Sueli** fala que, mesmo após muitos anos de CMS não percebe muitos avanços no que é discutido, avaliado e comunicado nas conferências. Disse parece que tudo continua na mesma e que a sensação é a de que os problemas são empurrados de um lado para o outro e que no fim não há avanço nenhum. Afirma que falar é difícil, mas que vê essa proposta de aprovação de mais projetos enquanto na porta das associações as pessoas estão passando dificuldades. Conta que hoje encontrou com duas senhoras que pediram que o exame oftalmológico delas fosse agilizado e acrescenta que as pessoas sofrem com a demora nos atendimentos. Diz que as coisas não caminham e parece que ninguém se importa, mesmo sendo o dinheiro da população que sustenta o país. Fala que o povo merece ser bem atendido e bem acolhido e que isto é o mínimo que se espera de quem trata pessoas. Afirma que, por mais que digam que as coisas estão melhorando, a população em si não vê isso quase nunca e que não vê sentido nessa quantidade de projeto apresentado se nem os que já existem foram postos em prática. Fala que se esses projetos funcionassem com dignidade e respeito às coisas avançariam. Diz que está falando em nome daquele que sofre, que não consegue atendimento e que basta abrir os jornais para ver o péssimo atendimento à população. Conta que tem um programa na rádio comunitária da Rocinha e que quando a pauta é saúde, o telefone não para, porque todos tem alguma reclamação a fazer e tem anseio por respostas. A **conselheira Sra. Maria José Peixoto** diz que primeiramente quer defender a coordenação da Mesa e afirma que eles estão apenas coordenando e auxiliando para que haja tempo hábil de tratar toda a pauta. Reitera a necessidade de que cada um se identifique antes de falar para que na ata conste quem é conselheiro e quem é visitante e quem está falando o que. Explica que quer falar algumas coisas sobre a saúde no Brasil e afirma que se as políticas de saúde não fossem implementadas através da privatização dos serviços de saúde do Brasil inteiro, o serviço de saúde do Brasil não estaria doente. Fala que quem defende a privatização da saúde é porque nunca passou pela emergência de qualquer município brasileiro. Diz que é preciso ter o cuidado de saber que hoje se está na qualidade de conselheiro, mas que amanhã estarão na qualidade de paciente. Afirma que não é mentira a foto publicada do paciente o chão do Hospital Municipal Salgado Filho e que se for mentira, cabe à prefeitura entrar com uma ação por danos morais contra o sindicato dos médicos ou contra a imprensa, que publicou indevidamente uma foto como aquela. Fala que os sindicatos que compõem este plenário tem responsabilidades quanto às políticas de saúde e que quando os sindicatos incomodam é porque estão trabalhando na contramão do gestor e que um sindicato não pode aceitar que um paciente seja colocado no chão para ser atendido. Diz que qualquer congregação de respeitabilidade não aceita este tipo de situação e quem representa o outro tem que

saber representar. Afirma que não é justo ver pessoas sendo atendidas no chão e achar que é mentira da imprensa e que é preciso defender quem não tem voz e que é este o papel do conselheiro. Fala que este país está doente por não ter recursos humanos necessários e por não ver o profissional de saúde com humanidade. Diz que os profissionais de saúde são humanos e que, portanto, é preciso discutir a humanização desde esses profissionais para que o tratamento ao paciente seja adequado e humanizado. Acrescenta que tratar os profissionais de saúde de qualquer forma só atrapalha em seu rendimento e, em seu atendimento à população e que toda a saúde pública precisa desta humanização. Repete que a saúde do país está doente por falta de profissionais de saúde de carreira. O **conselheiro Sr. Marinaldo** diz que muito foi dito até agora e que para falar em humanização é preciso falar da constituição do ser humano e que então haverá várias visões neste sentido. Fala que há a visão de que o indivíduo é constituído pelas suas funções, há a visão de que o indivíduo é constituído através do outro e que são muitas visões. Afirma que, sendo assim, para se falar em humanização é preciso saber de que forma o ser humano foi constituído, mas que quer falar sobre uma questão que sempre é colocada quando um sindicalista vai pegar o microfone e que há sempre uma torção de nariz e que isso não pode acontecer. Disse que é preciso acabar com isso e que o sindicalista é tão conselheiro quanto qualquer outro conselheiro de qualquer segmento. Fala que o que é colocado é a indignação pela política de saúde desenvolvida por este município e que quando falam na questão de estrutura, é porque é sabido que quando um paciente é atendido no chão é por não haver recursos humanos suficientes para fazer um atendimento digno e que um médico não pode largar um paciente para ir para o outro. Explica que conhece bem o Hospital Municipal Salgado Filho porque mora naquela região e que teve experiências péssimas lá. Conta que sua esposa precisou falar alto nesta unidade para que o sogro, que tem oitenta e seis anos, pudesse ser atendido e que isso é um absurdo, mas afirma que a culpa não é do profissional e sim da estrutura do Hospital Municipal Salgado Filho que não tem profissionais suficientes para atender a demanda que se apresenta. Disse que é preciso separar o que é do profissional, o que é da estrutura da instituição e o que é responsabilidade da SMS, mas reitera que não se deve misturar as coisas. O **coordenador da Mesa** agradece à assessora técnica Sra. Maria José Caraméz pela apresentação e afirma que o CMS-RJ está sempre de portas abertas para este tipo de apresentação. Passa-se ao próximo ponto. **4) Conferência de Saúde do Trabalhador - O Secretário Executivo** diz que há um problema sério em relação a esta conferência uma vez que a conferência da região Metropolitana I deve ocorrer no município do Rio de Janeiro e que a data está próxima e, sendo assim, há o temor de que não haja tempo hábil para a realização desta e que esta não realização seria um vexame. Conta que a coordenadora da saúde do trabalhador, Sra. Márcia Agostine está presente a esta reunião para dar informe de como está a situação e que desde já propõe que seja escolhida, neste momento, uma comissão que auxilie na realização desta conferência, junto com os técnicos da área da saúde do trabalhador e alerta que, se não for dessa forma, esta conferência não se realizará. Fala que ele não pode fazer esta conferência e nem os técnicos e propôs a criação desta Comissão por entender que esta é uma responsabilidade dos conselheiros. Fala que a técnica Sra. Fátima está em busca de lugares para a realização desta conferência, mas que ainda não conseguiu. Lembra que há outras coisas que precisam ser resolvidas e que todos sabem que uma conferência não acontece de uma hora para outra e reitera que é preciso que haja envolvimento dos conselheiros nisso e que, se não for dessa forma, não será possível a realização desta conferência. O **coordenador da Mesa** conta que esteve em Brasília durante a reunião preparatória para a Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e que há muitas questões a serem tratadas. Diz que há uma mobilização nacional para a realização desta conferência e

que muitos setores entendem como fundamental a participação do Rio de Janeiro. Explica que serão setenta vagas para o Estado do Rio de Janeiro e que haverá ainda as macro conferências. Fala que se preocupa uma vez que o coordenador de plenária do estado do Rio de Janeiro é o conselheiro estadual de Saúde Sr. Orany e que este não colocou nenhuma posição durante a reunião de Brasília e que por isso o estado do Rio de Janeiro acabou ficando um pouco afastado da discussão e acrescenta que todas as regiões do Brasil já estão fazendo essas discussões e avançando na preparação de suas conferências. Diz que quando fez questionamentos ao Sr. Orany, este afirmou que o Conselho Estadual de Saúde (CES) estaria tratando deste assunto, mas que é preciso lembrar que o CES está com problemas internos que diz respeito às eleições e que o município deve se defender e ficar resguardado fazendo a sua parte independente da posição do CES. Fala que esta conferência diz respeito não só aos trabalhadores da saúde, mas a todos os trabalhadores e que, sendo assim, todos devem se empenhar em sua realização. O **conselheiro Sr. Carlos Henrique Alves** informa que tem conhecimento de um auditório no Centro da cidade do Rio de Janeiro que cabem seiscentas pessoas e que diante do que foi dito anteriormente, verificará a possibilidade da realização da Conferência de Saúde do Trabalhador da região Metro I neste local. Fala que trará esta informação para a Sra. Márcia Agostini e para o próprio CMS-RJ. A **coordenadora da área de saúde do trabalhador da SMS RJ, Sra. Marcia Agostini** fala que está na Comissão Organizadora da Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador e que durante a manhã esteve em uma reunião no CES para discutir este assunto. Lembra que a referida conferência está marcada para os dias vinte e oito, vinte e nove e trinta de maio e que a conferência da Metro I está marcada para os dias sete, oito e nove de maio e que este é o tempo limite, tendo em vista, que é preciso mandar os delegados para participarem da Conferência Estadual e lembra que se não houver a Conferência municipal, não terá representação do município na estadual e, portanto, na nacional. Fala que as discussões estão andando e que hoje houve apresentação sobre acidente de trabalho e que a SMS participou deste levantamento e reitera que há a contribuição do município neste tipo de trabalho e que a parte técnica está sendo feita. Esclarece que a Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora tem o título "Direito de todos e todas e dever do Estado" e que os Eixos já foram estabelecidos sendo: Eixo 1 - desenvolvimento socioeconômico e seus reflexos na saúde do trabalhador e da trabalhadora, e afirma que já há o material do município para este debate; Eixo 2 - Fortalecer a participação dos trabalhadores e trabalhadoras da comunidade e do controle social nas ações de saúde do trabalhador e da trabalhadora; Eixo 3 - Efetivação da política nacional e estadual da saúde do trabalhador e da trabalhadora considerando os princípios da integralidade e da intersetorialidade nas três esferas de governo; Eixo 4 - Financiamento da política nacional de saúde do trabalhador e da trabalhadora nos municípios, estados e união. Esclarece que a Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da trabalhadora vai abranger desde questões mais amplas como o financiamento, até questões mais setoriais de cada município. Afirma que os eixos já têm conteúdo, e que basta que os atores políticos e do controle social apareçam e acrescenta que o dever de casa está feito. Fala que falta o CMS-RJ escolher uma comissão que se reúna e trate desde assunto e dia que não é preciso esperar recursos do Estado já que os encontros podem ser em locais cedidos pelo município e o material pode ser impresso ali mesmo e que os outros conselheiros da Metro I também não terão dificuldades em estar presentes. Diz que a Comissão a ser escolhida pode resolver também essas questões e que é preciso lembrar de chamar os sindicatos que são elementos essenciais para o tratamento deste assunto. Conta que estará na Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora como convidada, mas que considera importante que os conselheiros estejam

legitimamente representados e que para isso é preciso haver a Conferência da Região Metro I. Fala que está à disposição para qualquer auxílio ou esclarecimento e reitera a importância de que este CMS tenha representação. O **conselheiro Sr. Adelton Gunzburger** lembra que na última plenária do CMS-RJ foi falado que era necessário escolher um novo coordenador para a Comissão de Saúde do Trabalhador deste CMS e que ele foi eleito para esta função. Fala que ficou espantado de receber estas informações agora, uma vez que recebeu um documento, enviado pela Comissão Executiva e que era referente à 4ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Conta que este documento tem sessenta e cinco páginas e que, além de conter os eixos citados pela Sra. Márcia Agostini, dá ênfase, principalmente à participação social e das comunidades e reitera a importância do controle social. Conta que Sra. Márcia Agostini entrou em contato com ele para marcar um encontro posterior, mas que isso não ocorreu e que agora ele se sente vendido diante desta situação, uma vez que as coisas estão acontecendo e ele não tem informação. Disse que quer continuar a cumprir seu papel de conselheiro e participar das atividades dentro de sua competência. A **conselheira Sra. Maria José Peixoto** fala que fica perplexa de saber que uma conferência deve ser realizada daqui há um mês e que o CMS-RJ ainda não se mobilizou para isso e que ela, enquanto conselheira, nem tinha sido informada disso. Acrescenta que o CMS-RJ terá menos de trinta dias para realizar sua conferência e que esta é uma amostra da deficiência de recursos humanos da SMS. Cumprimenta o conselheiro Sr. Geraldo e diz que se não fosse por ele estar em Brasília, o CMS-RJ nem estaria sabendo que deveria ser feita Conferência de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Pergunta como pode haver a organização de uma conferência regional em menos de trinta dias e fala que nem se fosse para contratar uma empresa seria possível neste tempo. Diz que quando se trata da saúde do trabalhador e da trabalhadora a coisa corre solta e que não há preocupação quanto a isso por parte da gestão e acrescenta que isso não é justo. Diz que não sabe se o CMS-RJ sabia desta discussão sobre conferência de saúde do trabalhador e reitera que só está sabendo disso agora. A **conselheira Sra. Miriam Andrade** fala que as informações sobre a realização destas conferências foram dadas em todas as reuniões do CMS-RJ desde muito tempo e que falaram também da ausência de conselheiros da saúde do trabalhador e da ausência de representantes de sindicatos nessas discussões e acrescenta que todos deveriam estar cientes disso. Diz que todo mês fazia a divulgação dessas informações e que basta olhar as atas para verificar isso. Parabeniza o conselheiro Sr. Adelton Gunzburger pela coordenação da Comissão de saúde do Trabalhador do CMS-RJ e diz que esta não é uma tarefa fácil. Nesse momento, ocorre um burburinho na sala. A **conselheira Sra. Maria José Peixoto** prossegue e afirma que é preciso traçar estratégias para a realização desta conferência e que quer chamar a atenção de todos para a importância que se dá quando se trata dos trabalhadores e trabalhadoras no município do Rio de Janeiro e na Região da Metropolitana I. Diz que se sente triste, pois ao invés de vir ao CMS-RJ fazer uma discussão que traga as pessoas ao debate, que trace estratégias e que apresente propostas, as pessoas vêm para cá dizer que o sindicato não a representa e gera essas discussões paralelas. Fala que seguindo esse raciocínio, poderia dizer que o governo não a representa, mas afirma que não é desta maneira que deve ser já que a maioria da sociedade disse sim ao prefeito Eduardo Paes e que isso deve ser respeitado uma vez que se vive uma democracia. Afirma que é graças a essa democracia que a população tem voz e que basta abrir os jornais para ver que a Comissão da Verdade está mostrando o que foi a ditadura neste país. Fala que é preciso encontrar soluções para as questões e que considera ser difícil tomar uma decisão de como será a Conferência Regional da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora e reitera que considera essa questão complexa. Afirma que agora não adianta querer encontrar culpados e que a única solução no

momento é trabalhar com seriedade e dedicação e acrescenta que cada conselheiro deve pensar se quer ou não ser representado na Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora e também na Nacional. Repete que não adianta agora trazer os problemas pessoais para a discussão e que todos precisam trabalhar juntos para que se possa discutir as políticas de saúde do trabalhador e da trabalhadora e como o país trata esses trabalhadores e trabalhadoras. O **Secretário Executivo** diz que entende que não há mais o que fazer que não seja tirar agora uma comissão que se juntará a área técnica da saúde do trabalhador da SMS e que assim possam trabalhar para conseguir promover a Conferência Regional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Afirma que o conselheiro Sr. Adelson Gunzburger deve estar nessa Comissão, por ser o coordenador da Comissão de Saúde do Trabalhador do CMS-RJ e que os outros membros devem ser escolhidos imediatamente. Fala que representantes da Metro I também devem ser convidados para participar desta Comissão uma vez que a Conferência Regional também diz respeito a eles. Reitera que isso deve ser feito imediatamente uma vez que o tempo para a preparação desta Conferência é curto. Diz ainda que já pediu que algumas pessoas achassem o local para a realização e que após isso dá para ajeitar o resto, mas que o trabalho é muito árduo. A **conselheira Sra. Fátima Lopes** fala que fica impressionada como as pessoas mudam de ideia e de lado tão facilmente. Diz que sempre conheceu o trabalho dos sindicatos na luta pelo trabalhador e que respeita muito esse trabalho, mas que hoje vai fazer uma crítica aos Sindicatos de Auxiliares e Técnicos de Enfermagem. Diz que este é o sindicato com maior representação e que nenhum profissional da saúde pode atuar sem auxiliar e fala que esses profissionais reclamam de se sentirem discriminados e excluídos e que poderia citar vários exemplos. Nesse momento, houve outro burburinho no auditório. A **conselheira Sra. Fátima Lopes** prossegue e afirma que sempre militou nesta área e que não é justo dizer que usuário torce o nariz para a fala dos sindicalistas e que ela própria nunca fez isso e nunca viu esta atitude com ela. Diz que cada um fala o que quer e que ela também está fazendo isso sem desrespeitar ninguém. Fala que, em relação à Conferência Regional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, os informes vêm sendo dados há muito tempo e que estava havendo o esvaziamento dessas discussões por parte dos conselheiros que não estavam indo participar dessas. Afirma que não sabe para que existe um coordenador de plenária se as informações não chegam por completo e que o município do Rio de Janeiro é excluído dessas discussões e que isso se dá porque os conselheiros municipais não lutam para fazer parte das discussões e dos trabalhos que são feitos. Fala que o Rio de Janeiro é o maior município do Estado e que não tem representação no Conselho Estadual de Saúde - CES porque nunca brigou por isso. Diz que enquanto não houver luta, não haverá respeito pelo CMS-RJ. Lembra que as unidades do município do Rio de Janeiro recebem a população de outros municípios e que os profissionais que estão na ponta sabem bem disso. Diz que a Conferência Regional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora tem que sair de qualquer maneira e que é preciso mobilização para isso. Reitera que quem estiver presente deve lutar pelo espaço do CMS-RJ. O **coordenador da Mesa** fala que há dois pedidos de esclarecimentos, mas que antes disso encaminhará a proposta da criação da comissão do CMS-RJ que coordenará a preparação da Conferência Regional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Verifica se há oposição a isso e, como não há, prossegue. Fala que até agora os conselheiros **Srs. Conselheiros(a). Adelson Gunzburger, Carlos Henrique Alves, Miriam Andrade de Souza Lopes e Mauro André dos Santos Pereira**, se candidataram até o momento, além da coordenadora de saúde do trabalhador da SMS, conselheira Sra. Miriam Andrade, explica que esta comissão não precisa ser paritária e pergunta se mais alguém quer se inscrever. Como não há mais nenhuma solicitação de participação, põe em votação os nomes que compõem a Comissão Organizadora da Conferência

Regional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Em processo de votação quem vota a favor. Quem vota contra. Quem se abstém. Resultado da votação: **os conselheiros presentes aprovaram pela maioria simples a composição da referida comissão com os nomes citados acima.** O **Secretário Executivo** propõe que sejam convidados membros dos outros municípios da Metro I para participar também desta organização. A coordenadora de saúde do trabalhador da SMS, **conselheira Sra. Miriam Andrade** fala que encaminhará esta solicitação ao CES para que isso seja providenciado. O **coordenador da Mesa** lembra que há dois pedidos de esclarecimentos e vai a eles. O **conselheiro Sr. Marinaldo** dirige-se à conselheira Sra. Fátima Lopes e afirma que quando fez a observação de que as pessoas torcem os narizes nas falas dos sindicatos, é por saber que essas falas incomodam e quem está presente percebe que todas as vezes que um sindicalista vai falar, há pessoas que não gostam sem nem saber do que se trata, e acrescenta que em hora nenhum citou quem faz isso e que não disse nem que eram usuários. Reitera que sabe que a fala dos sindicalistas incomodam uma vez que, normalmente, elas são contrárias à política da prefeitura e afirma que entende que o papel dos sindicatos é justamente o de questionar essa política. Fala que se todos só batem palmas para tudo o que é feito, o CMS-RJ não teria motivos para existir e acrescenta que o Sr. Nelson Rodrigues já dizia que a unanimidade é burra e diz que num mesmo segmento ideológico pode haver diferenças que podem ser pontuais e diz que essas diferenças precisam ser expostas. Afirma que na discussão a respeito dos recursos humanos e da privatização da saúde, é sabido que o usuário não será bem atendido uma vez que não haverá uma sequência de atendimento já que aquele funcionário não é servidor e não atenderá sempre os mesmos pacientes. Lembra que quando o funcionário é concursado, ele é permanente e que, sendo assim, atenderá o mesmo paciente e conhecerá este para tratá-los sempre melhor. Diz que esta questão se vê na Clínica da Família e que há uma grande rotatividade nessas clínicas e assim, o profissional que deveria conhecer o paciente e sua família, não conhece, uma vez que estes profissionais são trocados frequentemente. Afirma que quando se fala na necessidade do concurso público, é no sentido de priorizar o bom atendimento ao paciente. A **conselheira Sra. Maria José Peixoto** afirma que quer esclarecer que houve um equívoco. Diz que existe a Lei número 7.498/86 que dá a nomenclatura de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem. Fala que é auxiliar de enfermagem por formação e que foi nesta profissão que trabalhou a vida toda e conta que foi fundadora do Sindicato dos Auxiliares de Enfermagem da Capital e que, sendo assim, todos da área da saúde a conhecem pelo trabalho em defesa dos profissionais de saúde. Diz que o enfermeiro tem sua função, assim como auxiliares e técnicos tem as suas, mas que cada empresa tem o direito de dizer qual o profissional quer para trabalhar em suas instalações e que nenhuma legislação trabalhista impõe que as empresas devam contratar as três categorias e que o que não pode é deixar de ter um quantitativo de recursos humanos suficientes para a prestação de um serviço de qualidade. Fala que o auxiliar de enfermagem, no Conselho Regional, era a maior categoria e que hoje é a segunda, sendo primeiro o técnico de enfermagem, e em segundo o auxiliar de enfermagem e afirma que esta profissão ainda existe mesmo que muitos digam que não. Repete que cada empresa tem o direito de contratar o enfermeiro, o técnico de enfermagem ou o auxiliar de enfermagem da maneira que melhor lhe convier, desde que essas contratações sejam suficientes para o atendimento ao público. Reitera que a profissão de auxiliar de enfermagem ainda vale, assim como o técnico de enfermagem e o enfermeiro. Diz que o até o Ministério da Saúde contrata como melhor convém e reitera que não há legislação que obrigue essas contratações. O **coordenador da Mesa** passa ao próximo ponto de pauta. **7) Comissões do Conselho Municipal de Saúde - O coordenador da Mesa** pergunta se, entre as comissões presentes, algum quer fazer algum informe. O

conselheiro Sr. Adelson Gunzburger fala que, em relação à Comissão de Saúde do Trabalhador, agora que foi escolhida uma Comissão Organizadora da Conferência Regional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, é preciso escolher data e um horário para sua primeira reunião e local para a realização da referida conferência. Sugere que seja na segunda feira, dia dez, às dezesseis horas, na sala do CMS-RJ e que com muitos feriados este mês a discussão acabará não acontecendo. Pergunta se os outros membros concordam e, não havendo oposição, fica marcada a referida reunião para a data sugerida. O **coordenador da Mesa** pergunta se outras comissões querem dar informes. A **conselheira Sra. Sonia Regina**, coordenadora da Comissão de Gêneros, Raças e Etnias informa que foi feita uma representação e que como não está havendo participação nas reuniões desta Comissão, seus membros estão se agregando às reuniões do Comitê da Saúde da População Negra, que acontece na última quinta feira do mês, sempre às dezesseis horas e fala que desta maneira e são conseguindo caminhar com a representatividade. Informa ainda que, a partir do próximo mês, os informes desta Comissão e deste Comitê serão trazidos para que todo o plenário tenha ciência do que ocorre. Acrescenta que houve a discussão sobre o quesito Raça/Cor e que isso já está resolvido e que os profissionais da saúde básica estão sendo todos treinados para que isso apareça para todos e, principalmente, para a população negra. O **coordenador da Mesa**, não havendo mais informes das comissões, passa ao próximo ponto. **8) Informes da Secretaria Executiva do Conselho - O Secretário Executivo** informa que dia dez de abril, às dez horas, na Câmara de Vereadores haverá a apresentação da Prestação de Contas Quadrimestral, do último quadrimestre de dois mil e treze e lembra que os conselheiros não são convidados e sim parte integrante desta reunião, conforme orienta a Lei Complementar nº 141/2013. Informa ainda que, a pedido da Comissão Executiva, traz um relatório de visita técnica do DIAUD e do DENASUS referente à informações sobre regular o funcionamento das farmácias do Estado referente ao medicamento Eritropoetina Alfaeobetina. Fala que não vai fazer a leitura de todo o relatório, mas lê a conclusão que diz: "A Superintendência de Assistência Farmacêutica e insumos estratégicos possui uma organização com elevado padrão de planejamento, armazenamento, distribuição e dispensação de medicamentos especial para a capital e municípios do interior do Estado. No que se refere ao medicamento Eritropoetina Alfaeobetina em quatro mil u.i. está caracterizada a responsabilidade do Ministério da Saúde sobre aquisição e fornecimento deste fármaco para a Secretaria Estadual de Saúde - SES/RJ cujo planejamento do quantitativo para atender à demanda é normatizado em Portaria. Em relação à Eritropoetina Alfaeobetina, a apresentação de dez mil u.i., a SES-RJ tem feito esforços no sentido de atender à demanda deste fármaco com recente compra emergencial não havendo, por ora, qualquer registro de não atendimento a pacientes com indicação de tratamento com este medicamento." Diz que esta é a conclusão da auditoria do Ministério da Saúde na farmácia do Estado. Afirma que não há mais informes da Secretaria Executiva. O **coordenador da Mesa** passa ao próximo ponto. **9) Informes do Colegiado - O coordenador da Mesa** informa que

esteve representando o presidente do CMS-RJ na plenária preparatória para a XVIII Plenária Nacional de Conselhos de Saúde. Fala que houve muitas discussões, inclusive sobre a saúde do trabalhador e lembra que é preciso esclarecer que quando se fala em saúde do trabalhador, é de todo trabalhador e toda trabalhadora de qualquer área e não apenas dos profissionais de saúde. Diz que é por este motivo que se preocupa tanto e que o coordenador de plenária do Estado não se manifestou em relação nem aos acidentes nas obras para a Copa e para as Olimpíadas e que isso também é responsabilidade do CMS-RJ. Explica que não pôde se manifestar quanto a isso por não ter sido escolhido para este papel, mas que quer registrar aqui a importância desta discussão. Reitera que a saúde de todos

os trabalhadores precisa de atenção. Informa também que, em Brasília, já começaram as discussões a respeito da 15ª Conferência Nacional de Saúde e que houve a indicação para que estados e municípios comecem a se preparar também. Conta que a presidente do CNS se comprometeu a viajar todos os estados para auxiliar nesta preparação. Pede que haja maior participação do município para que o CMS-RJ não dependa dos representantes da Metro I e do CES. Informa que houve uma explicação do Secretário do Ministro da Saúde sobre o Programa "Mais Médicos" e que foi informado que as desistências dos profissionais, conforme são divulgadas, não representam nem um por cento do total de médicos do Programa. Informa que na data de hoje está sendo votado, na Câmara dos Deputados, o Programa "Mais Médicos" uma vez que foram recolhidas mais de quarenta mil assinaturas solicitando que fossem colocados mais profissionais para atender à população. Diz que esses são os informes que tinha para dar. A **conselheira Sra. Fátima Lopes** informa que, como todos estão acompanhando pela imprensa, está havendo a pacificação da comunidade da Maré e que a violência predominou dentro da comunidade. Fala que não adianta dizer que os serviços essenciais, como luz, coleta de lixo e água, estão entrando na comunidade aos poucos uma vez que isso não está acontecendo já que esses serviços sempre estiveram lá. Diz que a única ostentação que há na comunidade é a de armas. Acrescenta que é preciso ter cuidado quando se diz que nada funcionava na comunidade antes da pacificação, pois isso também não procede e que inclusive a saúde lá funciona e que a solicitação de mais postos de saúde se dá porque os que existem lá ficam nos subsolos dos CIEPs e diz que está na hora desses profissionais trabalharem em locais dignos. Afirma que quer defender o direito do profissional e do usuário para que estes não frequentem locais insalubres como são hoje. Informa também que a situação do Hospital Geral de Bonsucesso (HGB) e fala que este é um assunto confuso uma vez que o Sr. Secretário, em reunião, afirmou que seria o gestor pleno e que o HGB será referência de leitos para a emergência. Informou que os ambulatórios clínicos vão acabar e que os pacientes que estão nesses ambulatórios irão para a regulação para serem encaminhados à outra unidade. Diz que há outra versão desta história que salienta que a SMS não será gestora plena dessa unidade e que, sendo assim, com tantas versões de um mesmo assunto, solicita que haja uma reunião para que expliquem a real situação do HGB para que os conselheiros possam ter opinião sobre este assunto e fala que é constrangedor quando alguém faz questionamentos sobre este assunto e ela precisa dizer que não sabe responder e que depois dizem que o Conselho é que não cumpre seu papel. Diz que entende que o papel do Conselho é fiscalizar, colocar isso em documento e entregar a quem de direito, mas lembra que os conselheiros não tem poder jurídico para determinar se estão sendo representativos ou não. Fala que se incomoda muito com algumas críticas uma vez que trabalha muito para que as coisas aconteçam e conta que informou durante a reunião dos presidentes de Conselhos Distritais que, muitas vezes, a população cobra dos Conselhos além do que eles podem fazer. Afirma que o Conselho não pode responder esses questionamentos juridicamente e que não se deve cobrar dos Conselhos mais do que eles podem fazer e não é possível que os Conselhos façam o papel do Ministério Público. Repete que se sente incomodada quando é questionada e cobrada por coisas que não são de sua responsabilidade e que entende que o CMS-RJ deveria se posicionar quanto a isso. Reitera que é preciso que haja esclarecimento para que sua área possa saber dos acontecimentos. A **conselheira Sra. Miriam Andrade** informa que na próxima sexta-feira, dia onze de abril, às nove horas, haverá uma assembléia, na frente do prédio da prefeitura, dos administrativos deste prédio que estão em greve. Fala que eles se dizem respaldados pelos sindicatos e que solicitaram o apoio do CMS-RJ. Diz que não é contra nenhum tipo de religião mas que no auditório do (CASS) é permitido fazer culto, mas não se consegue permissão para uma plenária de profissionais de

saúde que trabalham no prédio. Informa também que o Sindicato de Auxiliares e Técnicos de Enfermagem está participando da Mesa de Negociação do Ministério da Saúde e que os sindicatos dos Psicólogos, dos Médicos, dos Fisioterapeutas, dos Fonoaudiólogos, dos Farmacêuticos e dos Assistentes Sociais estão representados. O **conselheiro Sr. Carlos Henrique Alves** informa que a AP 1 terá uma reunião extraordinária, dia dez de abril, às dezessete horas, no auditório do Hospital Souza Aguiar. Esclarece que seu nome é Carlos Henrique Alves e, é conhecido como "Marreta" e que gostaria que não houvesse mais confusões em relação a isso. O **conselheiro Sr. Adelson Gunzburger** diz que muito tem se falado sobre a comemoração dos cinquenta anos do regime de exceção e que há vinte e nove anos esse regime de exceção acabou. Afirma que qualquer regime político de exceção traz em si um conjunto de características e que uma delas é o autoritarismo e esclarece que é sobre isso que quer falar neste momento. Fala que na pauta constava a apresentação da formulação da PAS e que mais uma vez foi engolido pelo autoritarismo e que o PMS foi apresentado antes e que ele já havia entregado à Comissão Executiva um documento que unia o Plano Pluri Anual (PPA) e o PMS. Lembra que no momento da apresentação do PMS fez uma apresentação que havia sido feita na AP 4, com diversas ressalvas e que mostrava o descumprimento de toda a legislação que rege o SUS. Diz que, mais uma vez está demonstrado o autoritarismo e que por este motivo solicita sua substituição do grupo de trabalho que deveria formular estes planos. Repete que, mais uma vez, está sendo visto o autoritarismo da SMS e que este autoritarismo muitas vezes sobrepassa a esses servidores. Acrescenta que está entregando a representação que lhe cabia na Metro I por não se sentir a vontade para representar o CMS-RJ diante de tamanho autoritarismo. Diz que foi eleito por esta plenária para esta representação mas que está entregando este cargo. Fala que é preciso pensar e deixar claro como esse autoritarismo ocorre e que é preciso que todos entendam que isso faz parte, ainda hoje, da sociedade brasileira. Repete que este autoritarismo aparece diversas vezes e que é necessário que haja manifestação contrária a isso e que é esta atitude que ele está tendo agora. Diz que quando alguém fala que é dono da bola e que por isso escala o time, está sendo autoritário; que quando alguém diz em uma reunião, que é dono da caneta e que então resolve sozinho, está sendo autoritário e que isto ainda permeia a sociedade e que não se conseguiu extinguir de vez. Afirma que quantas vezes houver necessidade de vir ao plenário e mostrar os absurdos desse autoritarismo, o fará. O **conselheiro Sr. Marinaldo** parabeniza a fala do conselheiro Adelson Gunzburger e diz que concorda plenamente com o que foi dito. Informa que quer falar sobre o mau atendimento do Hospital Municipal Salgado Filho e que este mau atendimento não é do profissional com o paciente, mas sim o mau atendimento institucional. Afirma que a questão ali é a falta de estrutura de recursos humanos e que falta estrutura no hospital para que possa haver um bom atendimento. Diz que houve uma visita e que foi feito um relatório que demonstra o que está sendo dito. Acrescenta que os conselheiros não podem se calar e que é preciso fazer esforço para melhorar. Diz que acha que deve haver alguma forma de sensibilizar o gestor para que situações como as de pacientes sendo atendidos no chão não voltem a ocorrer. Diz que segundo o relatório citado, oitenta por cento dos funcionários desta unidade são terceirizados e pergunta onde estão os funcionários efetivos. Diz que funcionários efetivos e concursados da prefeitura do Rio de Janeiro são uma classe em extinção e que reconhece que o profissional que atende no referido hospital faz de tudo para oferecer um bom atendimento e que isso ele mesmo observou, mas que ainda assim é preciso que haja funcionários concursados nas unidades de saúde. Reitera que este hospital não tem a menor infraestrutura de recursos humanos. O **conselheiro Sr. Mauro Pereira** informa que no dia vinte e cinco de abril de dois mil e quatorze haverá o lançamento do ano internacional da agricultura familiar, na Fazenda Modelo, de nove às quinze horas e convida a todos para

participarem deste evento. Fala que esta é uma forma de fortalecer a agricultura e que infelizmente esta Casa não reconhece as pessoas que produzem o alimento de cada um. Conta que haverá o debate de três temas sendo: 1) Segurança alimentar; 2) Agrotóxicos x Saúde; e 3) Fortalecimento da Agricultura Familiar. Diz que encaminhará o convite por escrito ao CMS-RJ. Acrescenta que gostaria de falar sobre a saúde do trabalhador e afirma que é um retrocesso escutar que os Conselhos não tem validade quando existem inúmeras Leis e Portarias que falam justamente da importância desta representatividade. Fala que é uma pena que seu Conselho e seu Sindicato não o estejam representando nessas questões e diz que se houvesse essa representação talvez não tivesse escutado de uma pessoa que ele chama de beócio que biólogo não é da área de saúde e fala que isso mostra que as pessoas não sabem nem o que é a profissão de biólogo. Fala que a convenção nº 69 fala das comunidades tradicionais e que gostaria que sua fala contasse em ata. Diz que está tendo agora a questão do agrotóxico, que ele afirma ser um abuso na cidade do Rio de Janeiro e mais especificamente na Zona Oeste da cidade e, diz que pode falar com propriedade por ser a sua área e por causa dos agricultores japoneses e acrescenta que na Serra do Mendanha também há muito uso de agrotóxicos. Informa que ontem houve uma plenária no Fórum Estadual de Combate aos Agrotóxicos (FESCA) e que lá houve questionamentos sobre a presença do CMS-RJ e que foi dito que este CMS não se faz presente. Pergunta qual a posição deste CM-RJ diante de um abuso desse e repete que este é um problema de saúde e não apenas ambiental. Reitera a solicitação de que sua fala conste em ata e diz que tudo o que foi dito será encaminhado ao FESCA e que ele mesmo faz questão de levar essas informações à Conferência de Saúde do Trabalhador uma vez que considera isso um abuso à saúde do trabalhador e que o CMS-RJ é conivente com este abuso já que não age. Lembra que propôs, em reunião plenária no ano de dois mil e treze que fosse convidado um membro da FESCA para fazer esclarecimento aos conselheiros para que todos conhecessem os reais abusos e danos que são cometidos com os agricultores e com a saúde de todos, mas afirma que esta palestra nunca ocorreu. Repete que esta é uma questão de saúde e não apenas uma questão ambiental e que muitas pessoas ainda fazem esta confusão e acrescenta que, por isso, este CMS é conivente com o que está acontecendo. Fala que o Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2 não faz parte dessa convivência, pois lá há várias atividades para esclarecimentos e combates a esses abusos e informa que este ano haverá atividades nas escolas, encontro com os sindicatos rurais da região e encontro com os agricultores. Fala que espera que os outros conselheiros de outros Conselhos Distritais e do CMS-RJ façam o mesmo por se tratar de um assunto que diz respeito a todos e a cada um, uma vez que os seis milhões de litros de agrotóxicos que são bebidos também usam cada cidadão como cobaia disso. Reitera a necessidade de se falar sobre esse assunto e afirma que se isso não é pauta para a saúde do trabalhador ele mesmo fará a proposta de que deva ser e os motivos disso. Acrescenta que é preciso respeitar a Convenção nº 69 que diz que as comunidades tradicionais devem ter direitos e respeitos e fala que não sabe onde tratar desse assunto uma vez que o município não tem uma secretaria de agricultura e o prefeito da cidade nega a existência dessas pessoas. Informou ainda que, sendo assim, este assunto deve ser tratado no CMS-RJ e que este não pode se omitir. Sugeriu que o FESCA seja convocado para fazer uma palestra onde sejam expostos os resultados dos agrotóxicos e reitera a importância dessas informações para cada pessoa. Conta que fez especialização em química e que sendo assim conhece bem os malefícios dos agrotóxicos, mas que os outros conselheiros e os outros cidadãos merecem conhecer também. Diz que é preciso cobrar que as questões das comunidades tradicionais e dos impactados pelas poluições industriais devem fazer parte da conferência de saúde do trabalhador. Repete que os trabalhadores são diretamente impactados e fala que inclusive os jovens sofrem com isso. Fala que

gostaria que todos refletissem sobre isso e que se a Comissão Organizadora não levar este assunto à Conferência de Saúde do Trabalhador, ele mesmo o fará. Fala que espera contar com a Sra. Márcia Agostini assim como conta com o Sr. Claudio, presidente do CDS da AP 52 e informa que a promotora do trabalho cobrou a atuação do CMS-RJ nesta questão e que ele não soube o que responder uma vez que o que se vê é falácia e inação. Pediu que este Conselho tenha voz, que não fique mais em cima do muro e que tenha participação e acrescenta que é preciso que todos os conselheiros participem dessa discussão e que se o CMS-RJ não se posiciona, as AP's podem fazê-lo e que espera contar com a ajuda dos técnicos da saúde do trabalhador. Reafirma que levará esta questão ao presidente da AP 5.2 e que nesta região ainda se faz muito o uso de agrotóxicos e que há inúmeros estudos da UFRJ e da Fiocruz e que, mesmo assim, ninguém toma nenhuma atitude já que cada Órgão põe a responsabilidade em outro e que, no fim, todos são prejudicados por esta inércia do poder público. Reitera que quer que esta fala conste em ata e acrescenta que pretende usar isso no FESCA e que fará isso chegar à Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador. O **coordenador da Mesa** lembra que pedir que a fala conste em ata é um direito de cada um, mas que todas as falas constam e afirma que, regimentalmente, as solicitações feitas devem ser encaminhadas, por escrito, à Secretaria Executiva do CMS-RJ para que a Comissão Executiva dê o devido encaminhamento. Informa também que este trâmite deve ser cumprido para que seja mantida a ordem e para que não haja descumprimento do Regimento Interno deste CMS-RJ. Nesse momento, ocorreu outro burburinho na sala. O **coordenador da Mesa** repete que enquanto conselheiro municipal o próprio conselheiro pode encaminhar essas solicitações à Comissão Executiva, mas reitera a necessidade de que isso seja feito formalmente e salienta que concorda com as questões apresentadas, mas que o Regimento não pode ser descumprido. A **conselheira Sra. Sonia Regina** fala que é preciso atenção em relação às datas apresentadas para que não coincida com a data da Conferência Estadual de Defesa Civil. Informa que o Sr. "Neco" justificou a ausência nesta reunião, pois está fazendo uma cirurgia de catarata. Informa ainda que foi realizado, nas CAP's e Clínicas da Família da AP 3.2, um mutirão preventivo nas mulheres. Diz que ficou impactada com o fato de a AP 3.2 ter atingido a meta de atendimento. Conta que na parte da manhã tudo correu bem, mas a tarde começou um tiroteio, no Engenho da Rainha e no Morro do Urubu e que houve muita correria e reitera que ainda assim a meta foi alcançada. Afirma que a Polícia invadiu algumas áreas e que o Engenho da Rainha foi uma das áreas mais metralhadas. Fala que não é possível que os Batalhões da PM nas áreas não saibam o que está acontecendo em sua área e que uma invasão dessa não poderia ocorrer em dia de atendimento de mutirão já que havia um grande número de mulheres e de meninas sendo atendidas neste dia nos postos de saúde desta área. Pergunta como é possível fazer uma ação dessas sem pensar no risco que essas mulheres e profissionais estão correndo e fala que, além disso, há o fato de que quem deixou para ser atendida na parte da tarde, não conseguiu o atendimento. Diz que essas ações impactam na vida de todos e que as secretarias precisam conversar entre si para que não haja este tipo de coisa. O **coordenador da Mesa** conta que por causa de acontecimentos como este, o Conselho Distrital da AP 5.3 é integrado ao Conselho de Segurança e que assim, este tipo de coisa é evitado uma vez que as informações são sempre compartilhadas, mesmo que sejam Órgãos de esferas diferentes de governo. Não havendo mais nada a ser informado é encerra a reunião às dezessete horas e quarenta minutos e eu **Wagner Ubiratan Candido Alves** dou por lavrada a ata e assino em conjunto com o **Sr. Geraldo Batista de Oliveira**, como substituto do presidente deste Conselho Dr. Hans Fernando Rocha Dohmann.

